



**PROCESSO Nº: 36.888-1/2017**

**PRINCIPAL: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO**

**GESTOR: CARLOS AVALONE JÚNIOR**

**INTERESSADO: LEOPOLDO RODRIGUES DE MENDONÇA** – Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico em substituição

**ASSUNTO: REQUERIMENTO**

**RELATOR: CONSELHEIRO INTERINO LUIZ CARLOS PEREIRA**

### **DECISÃO**

Trata-se de Requerimento formulado pelo Sr. Leopoldo Rodrigues de Mendonça, solicitando prorrogação de prazo, por mais 120 (cento e vinte dias), para o envio da Tomada de Contas Especial, referente ao Convênio nº 014/2010, celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e a Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães.

O Gestor justifica a necessidade de prorrogação de prazo com base na alegada demora da entrega do Parecer da Controladoria Geral do Estado, na existência de diversas inconsistências dentro do processo e ainda nas dúvidas da Comissão quanto aos responsáveis solidários, que ensejou no reencaminhamento da mencionada Tomada de Contas à Controladoria no dia 09/08/2017, e ainda não fora devolvido.

É o Relatório.

#### **Decido.**

Tendo em vista o princípio constitucional do devido processo legal e ante a existência de justo motivo, consubstanciado no atraso da emissão do Parecer da Controladoria Geral do Estado e na inconsistência dentro do processo e ainda nas dúvidas da Comissão quanto aos responsáveis solidários, com observância do parágrafo único, do artigo 17, da Resolução Normativa 24/2014 deste Tribunal de Contas, **DEFIRO** o pedido e **PRORROGO** o prazo para apresentação da Tomada de Contas Especial por 120 (dias) dias, a contar a partir do recebimento desta decisão.

**NOTIFIQUE-SE** o Requerente acerca da presente decisão.

Cumpra-se.

Gabinete do Relator, Cuiabá-MT, em 23 de janeiro de 2018.



Tribunal de Contas  
Mato Grosso  
TRIBUNAL DO CIDADÃO

**GABINETE DO CONSELHEIRO INTERINO**

Luiz Carlos Pereira

Telefone: (65) 3613-7546 / 3613-7577

e-mail: gab.luizcarlos@tce.mt.gov.br

**LUIZ CARLOS PEREIRA<sup>1</sup>**

Conselheiro Interino

(Portaria 009/2017, DOC TCE/MT de 24/01/2017)

---

<sup>1</sup>Documento assinado por assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006